

O Técnico em Radiologia tem legislação própria: Lei Nacional nº 7.394/85 e o Decreto nº 92.790/86, podendo também ser exercida pelo Tecnólogo em Radiologia.

A remuneração mínima dos Profissionais Técnicos em Radiologia, equivale a **02 (dois) salários mínimos profissionais da região**, incidindo sobre esses vencimentos **40% (quarenta por cento) de risco de vida e insalubridade**.

De acordo com a determinação legal, tem-se que o piso mínimo regional 2023 para o Estado de Santa Catarina é de R\$ 2.674,14 acrescido de 40% de insalubridade (R\$ 1.069,66), totalizando o montante de **R\$ 3.743,80**.

<b>Data</b>	<b>Índice de reajuste</b>	<b>Piso Salarial</b>	<b>Adicional de Insalubridade</b>
06/05/2011	Valor definido pela ADPF 151	R\$ 1.320,00	R\$ 528,00
06/05/2012	6,5% (IPCA 2011)	R\$ 1.405,80	R\$ 562,32
06/05/2013	5,84% (IPCA 2012)	R\$ 1.487,90	R\$ 595,16
06/05/2014	5,91% (IPCA 2013)	R\$ 1.575,83	R\$ 630,33
06/05/2015	6,41% (IPCA 2014)	R\$ 1.676,84	R\$ 670,73
06/05/2016	10,67% (IPCA 2015)	R\$ 1.855,76	R\$ 742,30
06/05/2017	6,29% (IPCA 2016)	R\$ 1.972,48	R\$ 788,99
06/05/2018	2,95% (IPCA 2017)	R\$ 2.030,67	R\$ 812,27
06/05/2019	3,75% (IPCA 2018)	R\$ 2.106,82	R\$ 842,73
06/05/2020	4,31% (IPCA 2019)	R\$ 2.197,62	R\$ 879,05
06/05/2021	4,52% (IPCA 2020)	R\$ 2.296,95	R\$ 918,78
06/05/2022	10,06% (IPCA 2021)	R\$ 2.528,02	R\$ 1.011,21
06/05/2023	5,78% (IPCA 2022)	R\$ 2.674,14	R\$ 1.069,66
<b>Valor do piso salarial regional 2023</b>		<b>R\$ 3.743,80</b>	

No que tange a prevalência da Legislação Federal que regulamenta o os profissionais da radiologia sobre as Leis Estaduais ou Municipais, quando do julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.208.735 (Ceará), os Ministros do Supremo Tribunal Federal acordaram, e acompanharam o voto da Relatora Ministra Rosa Weber, negando provimento ao agravo, mantendo incólume a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região/CE, no sentido de **declarar que a legislação federal prevalece sobre a estadual, no que concerne ao exercício da profissão de técnico em radiologia:**

*"Considerando que a legislação federal prevalece sobre a estadual, no que concerne ao exercício da profissão, a aplicação da Lei nº 7.394/1985 (art. 14) in casu, é medida que se impõe, porquanto regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Radiologia [...]". (RE 1208735 AgR, Relator(a): Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 27/09/2019, Processo Eletrônico DJe-220 DIVULG 09-10-2019 PUBLIC 10-10-2019)*

Cumprе salientar, portanto, que Lei Orgânica Municipal não tem o poder jurisdiccional de alterar unilateralmente uma Lei Ordinária Nacional e seu respectivo Decreto Regulamentador, que fixaram a remuneração mínima dos Profissionais Técnicos em Radiologia, no equivalente a **02 (dois) salários mínimos profissionais da região, incidindo sobre esses vencimentos 40% (quarenta por cento) de risco de vida e insalubridade**.